

***Casa portuguesa? Sempre! Mas portuguesa ultramarina: o  
Gabinete de Urbanização Colonial e a habitação nas  
regiões tropicais***

Ana Cristina Fernandes Vaz MILHEIRO\*

\* ISCTE\_Instituto Universitário de Lisboa  
Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 2004  
Mestre, Faculdade de Arquitectura da UTL, 1998  
Arquitecta, Faculdade de Arquitectura da UTL, 1991  
Rua dos Douradores, 29 – 2º andar  
1100-203 Lisboa, Portugal  
avmilheiro2@gmail.com

## Resumo

Durante o regime de António Salazar, a habitação de promoção oficial nos territórios portugueses africanos, realizada pelo Gabinete de Urbanização Colonial, a partir dos anos de 1940, confere uma identidade distinta às cidades modernas de colonização portuguesa. Ao procurar uma expressão “ultramarina” análoga à Casa Portuguesa, os arquitectos do Gabinete aprofundam uma arquitectura doméstica inspirada em modelos metropolitanos, onde os elementos tradicionais portugueses são adaptados às especificidades climáticas dos trópicos. Estas habitações – onde se privilegia a tipologia unifamiliar – definem novos bairros de expansão nas cidades e concorrem com a promoção privada que, com a década de 1950, começa a dominar o ideário moderno, elegendo em oposição ao Estado, a habitação colectiva. Estes antigos bairros de funcionários públicos do tempo colonial, com a sua evocação “portuguesa ultramarina”, são actualmente parte identitária destas cidades africanas, formando um património edificado de referência face a outros países vizinhos.

Em 2009, iniciou-se o projecto de investigação pluridisciplinar “Os Gabinetes Coloniais de Urbanização: Cultura e Prática Arquitectónica”, com o apoio da Fundação Ciência e Tecnologia. O projecto, de que a autora é a Investigadora Principal, conta com equipas de investigadores da Escola de Tecnologias e Arquitectura do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) do Instituto de Investigação Científica e Tropical, e do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Pretende-se inventariar, catalogar e analisar o trabalho dos sucessivos técnicos dos Gabinetes, organismos onde, dentro do quadro geral das suas competências, se inscreve a produção de habitação para funcionários públicos. Genericamente, estes Gabinetes foram responsáveis pelas iniciativas arquitectónicas e urbanísticas do poder central nas regiões ultramarinas, durante o Estado Novo (1944 - 1974).

O projecto de investigação que serve de base a esta apresentação, trabalha sobre a cidade e a arquitectura produzidas nos antigos territórios coloniais e que tem como intenção o conhecimento do património intelectual e construído gerado pelos portugueses. Trata-se de uma investigação em curso, cujos objectivos finais incluem determinar o valor contemporâneo desta produção, contribuindo para o debate sobre o futuro deste mesmo património.

**Palavras-Chave:** Arquitectura Colonial Portuguesa, Arquitectura Moderna Africana, Gabinete de Urbanização Colonial, Habitação Unifamiliar

## ***Portuguese house? Always! But Colonial Portuguese: The Urban Colonial Office and Housing in Tropical Regions***

### **Abstract**

During the dictatorial regime of Antonio Salazar, a housing official program in the former Portuguese territories in Africa, conducted by the Urban Colonial Office since the middle forties, gives a distinct identity to the modern cities of Portuguese colonization. Looking for a “colonial” expression analogous to the Portuguese House (*Casa Portuguesa*), the Office architects create a domestic architecture inspired by metropolitan models, where elements of traditional Portuguese architecture are specifically adapted to tropical weather. These houses – which focuses on single-family type – define the cities new quarters of expansion and compete with the private promotion which, in the fifties, starts to dominate the modern ideal and starts to promote collective housing. These old quarters occupied by public servants during the colonial era, with its evocation “Colonial Portuguese”, are now part of the identity of these African cities, forming an heritage reference compared with other neighboring countries.

In 2009, the multi-disciplinary research “The Offices of Colonial Urbanization: Architectural Culture and Practice” began with the support of *Fundação Ciência e Tecnologia*. The project has researchers teams from the School of Architecture and Technology (*Escola de Tecnologias e Arquitectura*) from ISCTE – *Instituto Universitário de Lisboa*, from *Arquivo Histórico Ultramarino* (AHU) and from *Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana* (IHRU). The author is the Head Researcher. It is intended to inventory, catalog and analyze the work of the Office, responsible for the architectonic and urban projects promoted by the Portuguese government in the colonial territories after the war and until the end of the *Estado Novo* (1944 -1974).

The research project which provides the basis for this presentation, works on the city and architecture produced in the former colonial territories and has the intent of the knowledge and intellectual assets generated by the Portuguese built. This is an ongoing investigation whose ultimate goals include determining the contemporary value of this production, contributing to the debate on the future of that heritage.

**Key-words:** Portuguese Colonial Architecture, African Modern Architecture, Urban Colonial Office, Single-family Housing

## 1. A Casa do Funcionário Público

Entre 1890 e 1975, data em que se dão as independências da maioria dos actuais países africanos de língua oficial portuguesa, o império colonial português em África abrange as ilhas atlânticas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, a actual Guiné Bissau, Angola e Moçambique. Durante o Estado Novo liderado por António Salazar e seguindo a lógica de que Portugal é *no mundo, essencialmente uma potência africana*<sup>1</sup>, a construção de habitação de promoção pública em África, essencialmente destinada à população europeia, intensifica-se. O aumento do número de funcionários públicos deslocados na década de 1940, em especial para Angola e Moçambique, acelera o processo<sup>2</sup> exigindo uma maior racionalização de recursos. A estratégia passa por distinguir a produção de alojamento para funcionários públicos (saúde, judiciais ou administrativos), da habitação destinada a trabalhadores colonos ou às populações locais<sup>3</sup>. Aposta-se maioritariamente na residência unifamiliar implantada em novos bairros, periféricos aos centros urbanos e inspirados nas teorias da Cidade Jardim, em contraste com a promoção privada que investe em estruturas colectivas de perfil moderno, já nos anos de 1950. Nestes anos, desenvolvem-se propostas de casas de fim-de-semana destinadas ao uso sazonal dos funcionários coloniais.

Um exemplo do modo como a produção pública de habitação nos territórios coloniais é tratada durante a segunda guerra é o “projecto de diploma legislativo elaborado pelo governo de Moçambique com o objectivo de promover a construção de casas económicas nos centros urbanos da referida colónia”<sup>4</sup>, apresentado em 1941 à Direcção Geral da Fazenda das Colónias. O documento é uma iniciativa do governo local junto das autoridades metropolitanas, reproduzindo o conteúdo deste tipo de pedidos que à época se endereçam ao governo de Lisboa. Neste ano, a população europeia na colónia não excede os 17 mil habitantes<sup>5</sup>, tendendo para aumentar nas décadas seguintes. No historial que então se faz, admite-se que *as casas económicas – que na Europa e na América teem dado lugar a uma legislação vasta e complexa [...] – possuem características especiais que haveria, talvez, vantagem em definir mais pormenorizadamente*<sup>6</sup>. Ainda que se aceite a definição de projectos tipo, favorece-se a diversidade como resposta às especificidades regionais da colónia.

---

<sup>1</sup> Armino Monteiro [1935] in Ramos, 2009: 658

<sup>2</sup> Ferreira, 2008: 45

<sup>3</sup> Fonte, 2007: 389 e seg.

<sup>4</sup> Carneiro, 1941: sp

<sup>5</sup> Ramos, 2009: 660

<sup>6</sup> Carneiro, 1941: sp

Nada mais aborrecido e representativo de mau critério (além de traduzir falta de imaginação revela que na escolha dos tipos por certo não se tomou em conta a sua adaptação aos climas das várias regiões) do que encontrar por todo o país, – em todas as povoações – casas de habitação não só de características absolutamente semelhantes como de aspecto inteiramente igual.<sup>7</sup>

Reconhece-se que, *por outro lado, há também grande inconveniente em deixar à incompetência de amadores a organização dos projectos*<sup>8</sup>, exigindo-se *seguros conhecimentos técnicos, critério na escolha de materiais conforme as regiões em que se vai construir e bom senso na escolha das soluções a adoptar*<sup>9</sup>. A questão da tipologia funcional – ou o *número máximo de divisões*<sup>10</sup> –, atendendo aos mais variados géneros de famílias, substitui o debate sobre o *existenzminimum* que domina a cultura arquitectónica europeia moderna do período entre-guerras<sup>11</sup>.

A etapa seguinte passa naturalmente por criar condições de concretização de projectos habitacionais de promoção pública nas colónias. Em 1943, também para Moçambique, disponibilizam-se verbas para a construção de casas económicas para funcionários na Beira e em Lourenço Marques, actual Maputo. A Brigada constituída em Janeiro de 1944, para a “construção de moradias para funcionários públicos em Lourenço Marques”, é chefiada pelo engenheiro Jacques Filipe Corte-Real Landerset<sup>12</sup> que se fixa temporariamente com a família na colónia. Até Junho de 1946, data da extinção da Brigada, Landerset produz diversos relatórios onde informa sobre o andamento dos trabalhos. Um dos principais obstáculos é *haver uma certa dificuldade na aquisição da mão d’obra indígena e do atraso no fornecimento de alguns materiais*<sup>13</sup>. A escassez de materiais de construção, como tijolo e pedra, assim como a falta de maquinaria – muitas vezes proveniente da África do Sul – são alguns dos problemas relatados<sup>14</sup>. Em 1945, Landerset envia fotografias para Lisboa das casas tipo C e D edificadas nos terrenos do

---

<sup>7</sup> Carneiro, 1941: sp

<sup>8</sup> Carneiro, 1941: sp

<sup>9</sup> Carneiro, 1941: sp. Cita-se o caso angolano, onde a Missão de Estudos e Construção de Edifícios dirigida pelo engenheiro Manuel Francisco Goulartt de Medeiros tem acumulado alguma experiência. Maria Manuela da Fonte elenca alguns projectos de elementos da Missão de Estudos e Construção de Edifícios para Angola anteriores a 1941: Habitação para o Delegado de Saúde de Portugália (Franz Schacherl, 1939), Habitação do Secretário de Administração para as Regiões Planálticas (Henrique Taveira Soares, 1939), Residência para o Administrador da Circunscrição do Chilato (Henrique Taveira Soares com Manuel Francisco Goulartt, 1940). Fonte, 2007: 390-393.

<sup>10</sup> Carneiro, 1941: sp

<sup>11</sup> O diploma estabelece ainda o regime de rendas a aplicar.

<sup>12</sup> Para lá do engenheiro Corte-Real Landerset, a Brigada é constituída por José Gomes, no cargo de encarregado chefe, António dos Santos, como encarregado, e os pedreiros, Felismino Francisco Leite, Manuel Pinheiro, Américo Gomes e José dos Santos. Cavaca, 1944, sp

<sup>13</sup> Landerset, 16/06/1944

<sup>14</sup> No relatório de Junho escreve: *Em virtude da escassez de mão d’obra indígena, pedi, por intermédio da Direcção Provincial da Administração Civil, que fossem contractados 80 trabalhadores para as obras em curso*. Landerset, 18/07/1944

Departamento Marítimo da capital moçambicana<sup>15</sup>. No ano seguinte, seguem-se os blocos plurifamiliares, uma exceção dentro deste quadro programático. Landerset faz-se retratar precisamente junto a estes conjuntos residenciais.



Fig. 1: Blocos Colectivos FC, Jacques Filipe Corte-Real Landerset, Lourenço Marques (Maputo), Moçambique 1944-1946 (Arquivo Histórico Ultramarino)

A habitação colectiva é assim incluída entre a produção colonial estado-novista. Na mesma época, um outro engenheiro-chefe de Brigada, Mário José Garcez Ventim Neves, colocado em Bissau e responsável pelo anteprojecto de casas económicas para a capital da Guiné, discute o modelo residencial que se deve aplicar na colónia<sup>16</sup>. No centro da reflexão está a baixa densidade provocada pela construção de casas unifamiliares, implicando maior distância ao centro da cidade onde se localizam os principais equipamentos. Em 1946, o problema é agravado pela inexistência de uma rede de transportes públicos na capital guineense que possa servir a população destes novos bairros<sup>17</sup>.

O argumento revê-se nos debates que, nos anos de 1930, os pioneiros modernos traçam nos CIAM; mas em Bissau o ideário moderno dá lugar a um repertório nacionalista, varandas conformadas por arcos de volta perfeita e cobertura em telha. Ventim Neves chega a desenhar uma segunda alternativa para os alçados propondo vãos rectos. O objectivo é construir um edifício de dois pisos para oito famílias. Alega este engenheiro que a opção pela habitação colectiva permite obter ganhos idênticos aos da *redução das*

---

<sup>15</sup> *Em virtude de ter sido fornecida a rede mosqueira, deve-se fazer a entrega das casas em 5 do próximo mês.* Landerset, 12/07/1945

<sup>16</sup> Os apartamentos têm 86,8m<sup>2</sup> e 99m<sup>2</sup>.

<sup>17</sup> *Destinando-se o bairro a funcionários que têm de prestar serviço nas várias repartições e serviços da cidade e não existindo em Bissau facilidades de transporte, não parece justo forçar os seus habitantes a percorrer diariamente e duas vezes por dia à hora de maior calor, uma grande distância; sem contar que as suas residências ficam longe dos centros de abastecimento locais.* Neves, 1946: sp

*dimensões das casas e [do] emprego de materiais baratos que reduzem o conforto. Defende que uma construção em bloco em nada prejudica a cidade e só viria a valorizá-la. A solução mais económica, como reforça várias vezes, está nas possibilidades da construção dum imóvel em mais que um andar, podendo albergar várias famílias*<sup>18</sup>. A insistência de Ventim Neves num modelo de habitação colectiva só se justifica pela resistência oficial em adoptar esta solução.

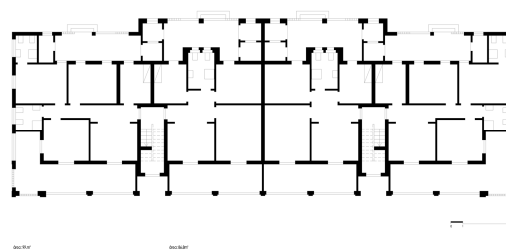
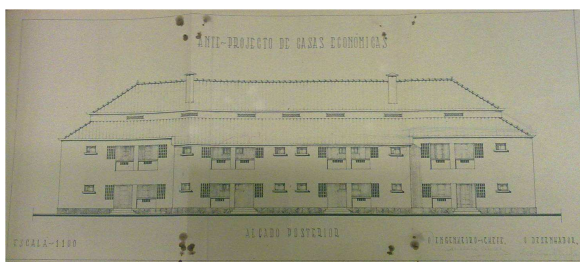


Fig. 2: Casas económicas, 2ª versão para os alçados, Bissau, 1946, Mário José Garcez Ventim Neves (Arquivo Histórico Ultramarino)

Fig. 3: Casas económicas, Bissau, 1946, Mário José Garcez Ventim Neves (redesenho: Bruno Ferreira/Hugo Coelho)

Paralelamente, projectam-se residências para funcionários de escalão elevado, já executados no âmbito do Gabinete de Urbanização Colonial criado em 1944 por Marcelo Caetano quando é ministro das colónias<sup>19</sup>. Estes programas reflectem uma maior ambição programática. É o caso do “projecto de moradia para funcionário superior” (Bissau, 1948) de Mário de Oliveira<sup>20</sup>. A planta em U alberga um vestíbulo, sala de jantar, sala de estar, cozinha, copa, despensa, quarto de *creada*, quatro quartos, instalação sanitária e lavadouro. A manutenção da dependência da empregada doméstica na unidade habitacional principal demonstra a recorrência a modelos metropolitanos. A tendência dominante é a separação entre colonos e “serviçais”, construindo-se para os últimos anexos exteriores à casa e localizados nos fundos dos quintais. Esta visão segregadora é herdada da tradição da habitação para regiões tropicais experimentada por outros países colonizadores desde o século XIX<sup>21</sup>.

<sup>18</sup> Neves, 1946: sp

<sup>19</sup> O Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) é criado a 6 de Dezembro de 1944 através do Decreto nº 34 173, por Marcelo Caetano, no primeiro ano em que ocupa as funções de Ministro das Colónias, cargo onde permanece até 1947. Em 1951 passa a designar-se Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU).

<sup>20</sup> A casa tem 223,4m<sup>2</sup>.

<sup>21</sup> Pimentel, 1904

Mais sofisticada é a Residência do Director dos Serviços de Saúde (Luanda, 1947), uma moradia de dois pisos também projectada por Corte Real de Landerset, entretanto regressado de Moçambique<sup>22</sup>.

Na década de 1950, o Gabinete começa igualmente a produzir habitações de veraneio, do género “Moradias de fim de semana”, que reflectem uma consciência do potencial turístico de algumas das regiões coloniais<sup>23</sup> e simultaneamente provam a necessidade em criar locais de veraneio para os funcionários imigrados. As casas propostas variam entre a configuração “tradicionalista”, como as que Luís Coelho Borges projecta para Moçambique<sup>24</sup>; e a abordagem moderna, como a que Luiz Possolo propõe para a Praia de Varela na Guiné em 1955<sup>25</sup>. Apesar das diferenças estilísticas, a lógica evolutiva das plantas, assim como a sua racionalidade, é comum: nos dois casos existe um núcleo inicial com um programa muito reduzido (sala/quarto, cozinha e instalações sanitárias), que admite variações no sentido da ampliação sucessiva do número de quartos.



Fig. 4: Projecto Tipo Casas Fim-de-semana, Praia de Varela, Luiz Possolo, 1955-1956 (projectos n.ºs 483/486, Arquivo Histórico Ultramarino)

A execução de projectos na metrópole obriga igualmente a que sejam realizados estudos económicos ou pelo menos estimativas de custos que garantam o sucesso dos empreendimentos. Um dos projectos tipo de moradias para Moçambique com três quartos, destinado à Junta de Exportação do Algodão Colonial, que Mário de Oliveira desenvolve em 1950, é objecto de uma dessas estimativas. São levantados preços em quatro cidades moçambicanas (Niassa, Manica, Sofala e Lourenço Marques), procedimento que permite comparar as diferenças de custos no mesmo quadro

<sup>22</sup> No piso térreo da residência angolana localizam-se as áreas comuns (sala de jantar, sala de estar, escritório e ainda arrumos, copa, cozinha e despensas e um lavabo WC no vão das escadas). O andar superior, reservado à intimidade, tem quatro quartos, um com casa de banho privativa e os restantes servidos por uma dependência comum. Landerset, 1947: 24

<sup>23</sup> Ferreira, 2008: 55 e seg.

<sup>24</sup> Ferreira, 2008: 55-60

<sup>25</sup> Milheiro; Costa, 2009: 88



regional<sup>26</sup>. Mesmo tratando-se de projectos tipo, exige-se que sejam adaptáveis aos diferentes contextos regionais. Por exemplo, a varanda exterior – imagem de marca da arquitectura colonial tradicional – *seria ou não construída, conforme as condições climáticas do local*<sup>27</sup>. O mesmo acontece com sistemas construtivos e respectivos materiais, seleccionados sempre numa lógica de maior solidez: *Outras condições da construção como o tipo de alvenaria a empregar serão estudadas de acordo com os recursos locais, tendo-se em atenção a sua durabilidade e comodidade da habitação*<sup>28</sup>.

## 2. A Casa Tropical segundo João Aguiar

Após décadas de investimento colonial, no arranque da década de 1950 é possível já fazer algumas sínteses como a que João Aguiar tenta em *L’Habitation dans les pays tropicaux* de 1952. Embora sem tratar exclusivamente do problema da habitação dos funcionários públicos destacados nas colónias, faz deste programa o seu tema central. O livro reúne documentação sobre a habitação produzida até então nas províncias ultramarinas<sup>29</sup>, partindo-se deste conhecimento para definir tipologias mais apuradas quer ao nível do programa e dos materiais quer do aspecto plástico e soluções de resposta ao clima. O arquitecto é então figura destacada no Gabinete de Urbanização do Ultramar, tutelando a imagem estilística oficial dos projectos aqui realizados e supervisionando os planos urbanos de que é o ideólogo mais influente.

O livro de Aguiar reúne três conferências apresentadas ao XXI Congresso da Federation Internationale de l’Habitation et de l’Urbanisme. Em *Organisation des communautés*, o arquitecto trata dos aglomerados africanos que *se desenvolvem conforme os princípios que presidem à evolução das cidades europeias*<sup>30</sup>. O objectivo principal é traçar as bases que possibilitam projectar unidades residenciais indígenas de 5.000 a 15.000 habitantes que funcionam como “cidades satélites” dos principais centros urbanos consolidados. Começa por descrever os bairros espontâneos que circundam a cidade formal de origem europeia para depois listar alguns exemplos de construção de alojamento para indígenas patrocinada por importantes corporações coloniais, como a

---

<sup>26</sup> Verifica-se que o custo por metro quadrado apresentado para a construção das moradias no Niassa e em Manica e Sofala é aceitável, sendo o apresentado para a construção da mesma moradia em Lourenço Marques exageradamente elevado, não se compreendendo que em uma região como esta onde os recursos de materiais e mão de obra, acessos e transportes estão mais desenvolvidos se atinja o custo mais elevado por metro quadrado de construção. Carneiro, 1950: 1-2

<sup>27</sup> Carneiro, 1950: 2

<sup>28</sup> Carneiro, 1950: 2

<sup>29</sup> Os exemplos reunidos por João Aguiar agrupam habitação promovida pelo Estado português e conjuntos residenciais construídos pelas grandes companhias sedeadas em África, que providenciam alojamento para os seus trabalhadores.

<sup>30</sup> Aguiar, 1952, I: 3

Companhia dos Diamantes de Angola ou a Sociedade Agrícola do Cassequel. Os diferentes casos são ilustrados através de registos fotográficos. As questões sanitárias, de saúde e de educação, entre a população nativa, são igualmente enunciadas. Os princípios urbanos que Aguiar segue na época reforçam ainda a segregação residencial entre europeus e locais, perspectiva que tenderá a alterar-se no quadro da evolução urbana em África na década seguinte. Os elementos considerados na organização de uma unidade residencial indígena são: população, zonas residenciais, escolas, centro administrativo, centros comerciais, mercado, desportos e lazer, áreas verdes e assistência médica.

A segunda conferência trata da organização do fogo. Em *Disposition des logements*, Aguiar considera paralelamente o problema da habitação para indígenas e para europeus, na perspectiva dos materiais e métodos de construção, da orientação, do custo, da estética, etc. É aqui que estabelece distinções entre programas residenciais para trabalhadores colonos, funcionários (habitação unifamiliar e plurifamiliar), “week-end”, e para indígenas (casas isoladas e blocos colectivos). Cada programa é demonstrado a partir de projectos tipo.

Finalmente, na terceira parte, em *Considerations d’hygiene dans les logements*, Aguiar aborda a influência e especificidade do clima nos projectos habitacionais: protecção contra o sol através de elementos de resguardo das fachadas; refrigeração natural e artificial, etc. Perto do final, escreve: *uma casa confortável será [...] construída com características especiais adaptadas ao clima, exigindo a adopção de elementos de protecção destinados a contrariar a influência dos agentes climáticos*<sup>31</sup>.

As teses de João Aguiar demonstram que os portugueses começam a consolidar os seus próprios programas de habitação durante os anos de 1950, obtendo uma produção homogénea em termos de estrutura funcional e materiais construtivos, mesmo que seguindo figurinos estilísticos diversificados. Contudo, e neste contexto específico, apostam preferencialmente num *portuguesismo africano*. Um ideário *nacionalista* acaba assim por se propagar a outros territórios não africanos, como acontece em Macau, por exemplo. No entanto, na maioria dos novos bairros realizados depois de 1950, o projecto residencial para África de promoção oficial continua a resultar de um reajustamento da casa colonial tradicional, com o recurso à varanda exterior e à cobertura saliente e fortemente inclinada, como se verifica na Guiné<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Aguiar, 1952, III: 5

<sup>32</sup> A Guiné, dada a sua menor extensão territorial face a outros casos, designadamente Angola e Moçambique, tornou-se um caso de estudo privilegiado deste projecto de investigação. Nesta região, o ideário moderno foi menos aplicado até por questões técnicas e falta de materiais e de profissionais da construção civil.



Fig. 6: Casa Colonial, Bafata (Foto: Pedro Maurício Borges, 2009)

Fig. 7: Casa de Funcionário Público, Bissau (Foto: Eduardo Costa Dias, 2009)

### 3. A Casa do Colono

Em 1953 realiza-se um concurso para alojamentos para famílias camponesas deslocadas do meio rural português para os territórios ultramarinos. O concurso de casas para trabalhadores colonos, destinado inicialmente às províncias de Angola e Moçambique, é lançado pela Direcção Geral de Fomento do Ultramar<sup>33</sup>. Em causa está a configuração funcional e estética da casa do colono português. Solicita-se o desenvolvimento de duas tipologias, *sendo de aconselhar a composição acentuadamente rústica e tradicional que se adapte perfeitamente ao caracter e personalidade do colono*<sup>34</sup>.

A maioria dos arquitectos que participa está ligado ao Gabinete de Urbanização do Ultramar e por isso familiarizado quer com a especificidade do território tropical quer com a imagem que oficialmente se procura para os projectos de promoção pública<sup>35</sup>. Reforçam-se igualmente as preocupações com a ventilação e a defesa contra a insolação. As propostas têm como destino imediato as brigadas técnicas de Limpopo e de Cunene, em Angola, representadas no júri. As conclusões analisam os projectos na

---

<sup>33</sup> Fonte, 2007: 405 e seg.

<sup>34</sup> Relatório, 1953: 1. *As casas destinam-se ao alojamento de famílias, considerando-se segundo o número de familiares, 2 grupos a saber: 1. casal com filhos, 3 ou 4 pessoas; 2. casal com filhos, 4 a 6 pessoas [...]. As características arquitectónicas da construção serão determinadas pelo emprego de materiais (pedra, cal, madeira, telha de canudo, tijoleira).* Idem.

<sup>35</sup> Integram a lista os candidatos Luiz Coelho Borges, António Gomez Egêa, Mário de Oliveira, Eurico Pinto Lopes, João António Aguiar, Vasco Morais Palmeiro (Regaleira), Nuno Craveiro Lopes, José Manuel Zilhão, Paulo de Carvalho Cunha, Alberto Braga de Sousa, António Lino da Silva, Fernando Martins de Sousa e Augusto Lopes Galvão.

perspectiva da relação área/conforto e do manuseamento dos elementos arquitectónicos tradicionais dos trópicos, como as varandas cujas pequenas dimensões se criticam.

Poucas soluções proporcionam a sensação de bastante desafogo; os compartimentos de estar ou salas comuns, raro se prolongam; não existem eirados, latadas ou superfícies ensombradas a dar repouso à vista e protecção desde fora; por falta de comunicações mais francas, foge-se ao ar envolvente, ao abrigo mais fresco ao simples telheiro ou alpendre a supor as «varandas» que de tão acanhadas mais são corredores que prestáveis a «estar e repouso»<sup>36</sup>.

Em contrapartida, elogia-se a capacidade em fazer transitar um estilo identificado com a metrópole para solo africano sem deixar de atender às particularidades do local<sup>37</sup>. Finalmente admite-se: *Casa portuguesa? Sim, mas caracterizada pela sua função material totalmente aclimatizada a novas condições... Casa portuguesa? Sempre! Mas portuguesa ultramarina. Assim, a seleccionamos, acolhedora e fresca, segura, própria, onde cada prego esteja certo e cada alma tenha repouso*<sup>38</sup>.

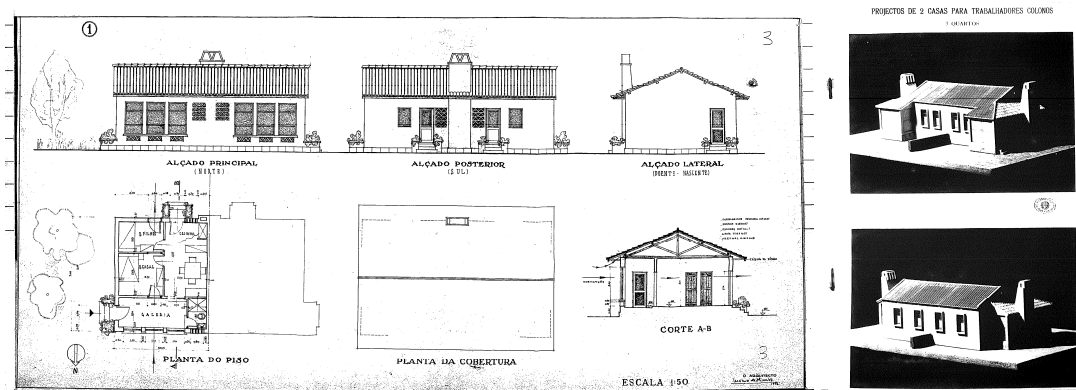


Fig. 8: Concurso de Casas para Trabalhadores Colonos, Mário de Oliveira, Proposta para 2 Quartos, 1953 (Arquivo Histórico Ultramarino)<sup>39</sup>

Fig. 9 : Concurso de Casa para Trabalhadores Colonos, João Aguiar, 1953 (Arquivo Histórico Ultramarino)<sup>40</sup>

<sup>36</sup> Relatório, 1953: 2-3

<sup>37</sup> Os concorrentes interpretaram, e bem, composição tradicional, não como a transplantação duma casa transmontana a par doutra algarvia (absurdo, de resto, nunca pedido) e tentaram somente um tipo de casa local, que resolvesse com matéria e processos locais a novos problemas e exigências também locais [...] já mais próximos da sua futura condição de habitante enraizado a uma povoação rural das margens do Cunene ou do Limpopo. Relatório, 1953: 8

<sup>38</sup> Relatório, 1953: 9. José Manuel Galhardo Zilhão – 2º lugar; outros seleccionados: António Gomez Egêa, Mário de Oliveira (3º lugar), Eurico Pinto Lopes (3º lugar), Alberto Braga de Sousa, João António Aguiar. Oliveira contrariou os resultados a 20 de Novembro de 1953.

<sup>39</sup> Fonte, 2007: 405

<sup>40</sup> Fonte, 2007: 408

Estas propostas tenderão para um maior equilíbrio e racionalidade entre recursos disponíveis e opção estilística. O caso pode ser exemplificado pelo processo de obra para a construção de habitações para operários do Centro Social do Sussundenga, em Moçambique, da autoria dos arquitectos A. Sousa Mendes e Júlio Naya, executado também no âmbito do Gabinete. O processo data já dos anos de 1960, quando o paradigma da habitação nos trópicos está em mudança, confrontando-se com tendências de maior modernidade linguística. Na memória descritiva e justificativa recordam os autores que, *quanto ao aspecto plástico das moradias, procurou-se dentro de uma grande simplicidade obter um conjunto equilibrado, sóbrio*<sup>41</sup>. Estes propósitos são atingidos *dentro das possibilidades dos materiais empregados, valorizando-se com o uso da cor diferente nas zonas destacadas entre vãos*<sup>42</sup>. O despacho de Amaro da Costa, que autoriza o envio do projecto para a respectiva Brigada que, no terreno, o deve realizar, adverte todavia que *sendo [...]avultado o número de moradias a construir valerá a pena rever o projecto*. As razões apontadas são de ordem económica uma vez que *será talvez possível eliminar ou reduzir o espaço ocupado pelos corredores*<sup>43</sup>, aumentando-se assim a área útil dos quartos.

Este, tal como a maioria do exemplos citados, expõe uma promoção empenhada em reproduzir em África alguns dos modelos de alojamento realizados na metrópole de forma a manter uma ligação forte entre Portugal e os seus territórios ultramarinos. São no entanto os princípios de adaptabilidade ao clima que definem as principais decisões de projecto, seguindo-se exigências de economia e realismo quanto à realidade colonial para a produção efectiva desta habitação (recursos; mão-de-obra; etc.). Estes factores acabam por trazer uma certa modernidade “não corbusiana”<sup>44</sup> e maior especificidade aos projectos que o Estado português patrocina, resultado da própria experiência que os arquitectos que trabalham nos organismos oficiais – designadamente no Gabinete – vão acumulando.

---

<sup>41</sup> Mendes; Naya, 1962: 3

<sup>42</sup> Mendes; Naya, 1962: 3

<sup>43</sup> Costa, 1962: sp

<sup>44</sup> *Não é a arquitectura moderna e heróica à Le Corbusier, mas uma “arquitectura de perfil técnico” – uma arquitectura feita por funcionários públicos –, onde os arquitectos do Estado Novo respondem às solicitações de um ideal estético obtido directamente a partir da compreensão dos elementos meteorológicos.* Milheiro, 2011: 39



Fig. 10: *Residências de Funcionários em Nova-Lisbôa*, Nova Lisboa, actual Huambo  
(postal ilustrado, s/e; s/d)

#### 4. Considerações finais

Com o Estado Novo, as novas necessidades de alojamento na África Portuguesa obrigam a repensar a habitação para os funcionários públicos identificados segundo escalões hierárquicos. A habitação unifamiliar, baseada nos modelos metropolitanos, impõe-se como solução dominante, apesar de serem consentidos pequenos blocos colectivos de dois pisos e cerca de oito unidades para os funcionários menos graduados. Promovem-se novos programas, como as casas de Fim-de-semana, com o objectivo de proporcionar alojamento recreativo. As populações indígenas tornam-se progressivamente destinatárias de habitação de promoção pública. Este interesse oficial sucede ao das grandes corporações que operam em África e que promovem habitação para os seus empregados autóctones em regime temporário.

Os alçados das casas projectadas pelos arquitectos afectos ao Gabinete de Urbanização Colonial/do Ultramar mantêm uma certa unidade estilística que indica a transferência de um imaginário metropolitano para as colónias. Componentes tradicionais como os alpendres ou as coberturas em telha são transformados em elementos apropriados à especificidade dos trópicos a partir da reinterpretação do seu potencial. O projecto cumpre os requisitos mínimos funcionais para ser edificado nos trópicos: protecção das fachadas contra a insolação e ventilação cruzada. É também no âmbito deste grupo de profissionais, cada vez mais especializado em arquitectura tropical, que surgem ensaios modernos e até vagamente “californianos”, com estruturas leves e plantas ortogonais. Paralelamente, na casa do trabalhador colono, que se destina a populações rurais metropolitanas deslocadas para as regiões ultramarinas, acentua-se o reportório tradicionalista apesar da procura de uma solução que possa acentuar o “carácter do colono”. O que se pretende ainda é fixar um modelo ultramarino por analogia à Casa Portuguesa.

Estes conjuntos residenciais dispostos segundo os ideais da Cidade Jardim, que a historiografia tem ignorado por não serem portadores de uma modernidade evidente, são ainda hoje uma das marcas que distingue as cidades africanas de colonização portuguesa e um património em uso pelas populações. A sua localização e a identificação dos seus autores dignifica este património e permite uma maior compreensão sobre os fenómenos de *tropicalização* da arquitectura portuguesa perante o desafio de construir em África.

**Agradecimentos:** Jorge Nunes, Bruno Macedo Ferreira, Débora Félix, Filipa Fiúza e Hugo Coelho

## **Bibliografia**

Aguiar, João. *L'Habitation dans les pays tropicaux*, Lisbonne: XXIe Congrès, Federation Internationale de l'Habitation et de l'Urbanisme, 1952

Carneiro, Ruy de Sá. *Projecto de diploma legislativo elaborado pelo governo de Moçambique com o objectivo de promover a construção de casas económicas nos centros urbanos da referida colónia*, à Direcção Geral da Fazenda das Colónias, 17 de Junho de 1941 [Processo nº 53191 – 1, Colónia de Moçambique, Moradias para funcionários públicos – pessoal da missão] Arquivo Histórico Ultramarino

Carneiro, Ruy de Sá. *Custo da moradia tipo C* [informação nº3/50] (Trab. 257, AHU, MU, DGOP, DSUH, Cx 17) Arquivo Histórico Ultramarino

Cavaca, Rogério. *Necessidade de constituição de uma Brigada para a construção de moradias para funcionários públicos em Lourenço Marques*, 20 de Janeiro de 1944 [Processo nº 53191 – 1, Colónia de Moçambique, Moradias para funcionários públicos – pessoal da missão] Arquivo Histórico Ultramarino

*Concurso para trabalhadores colonos*, Comissão júri, eng. Mário José Ferreira Mendes; arq. Fernando Assis, eng. Ilídio Barbosa (Limpopo); eng. Viriato da Fonseca (Cunene) [1953] [processo 03196 - Concurso para trabalhadores colonos] Arquivo Histórico Ultramarino

Costa, Amaro da. “Despacho, 29/05/1962”, in Mendes, A. Sousa; Naya, Júlio, *Projectos-tipo de Habitações para Operários - Centro Social de Sussundenga*, Moçambique, 17 de Maio de 1962 (Trab. 666; AHU, MU, DGOP, DSUH) Arquivo Histórico Ultramarino

Ferreira, André Faria. *Obras Públicas em Moçambique – inventário da produção arquitectónica executada entre 1933 e 1961*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2008

Fonte, Maria Manuela Afonso de. *Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à Revolução*, Lisboa: Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico, FA-UTL, 2007

Landerset, Jacques Filipe Corte-Real. *Relatórios* [referentes aos meses de Maio de 1944 – Lourenço Marques, 16 de Junho de 1944; Junho de 1944 – Lourenço Marques – 18 de Julho de 1944; Setembro de 1944 – Lourenço Marques, 9 de Outubro 1944; Junho de 1945 – Lourenço Marques, 12 de Julho de 1945; Janeiro de 1946 – Lourenço Marques, 14 de Fevereiro de 1946; Maio e aos cinco primeiros dias de Junho de 1946 – Lourenço Marques, 5 de Junho de 1946] [Processo nº 53191 – 1, Colónia de Moçambique, Moradias para funcionários públicos – pessoal da missão] Arquivo Histórico Ultramarino

Landerset, Jacques Filipe Corte-Real. *Projecto de Construção de uma moradia para residência do Director dos Serviços de Saúde, em Luanda*, Lisboa, 28 de Fevereiro de 1947 (Trab. 93, AHU, MU, DGOP, DSUH, Cx 25) Arquivo Histórico Ultramarino

Mendes, A. Sousa; Naya, Júlio. *Projectos-tipo de Habitações para Operários - Centro Social de Sussundenga*, Moçambique, 17 de Maio de 1962 (Trab. 666; AHU, MU, DGOP, DSUH) Arquivo Histórico Ultramarino

Milheiro, Ana Vaz; Dias, Eduardo Costa, “Arquitectura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização Colonial (1944-1974)”, in *arq.urb, Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, n.2, 2009, p. 80-114 ([http://www.usjt.br/arq.urb/numero\\_02/artigo\\_ana.pdf](http://www.usjt.br/arq.urb/numero_02/artigo_ana.pdf))

Milheiro, Ana Vaz. “Nos Tópicos sem Le Corbusier”, in revista *Nu*, “Sul”, nº 36, Março 2011, p. 34-39

Neves Mário José Garcez Ventim. *Ante projecto de Casas Económicas para a cidade de Bissau*, processo s/n, Bissau, 29 Julho 1946. Cx. 65. Arquivo Histórico Ultramarino

Oliveira, Mário de. *Projecto de Moradia*, 1950 (Trab. 257, AHU, MU, DGOP, DSUH, Cx 17) Arquivo Histórico Ultramarino

Pimentel, Alfredo de Leão. *Manual do Colono, construções, estudo da região, etc.* III parte, Porto: Typographia a vapor de José da Silva Mendonça, 1904

Ramos, Rui (coord.); Sousa, Bernardo Vasconcelos; Monteiro, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*, 3ª edição, Lisboa: a esfera dos livros, 2009